

Racionalidade institucional e dominação à luz de Weber, Freud e Adorno: adesão acrítica ou emancipatória

Silvia Rosa da Silva Zanolla*
Márcia Ferreira Torres Pereira
Rômulo Fabriciano Gonzaga Pinto

Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Goiânia, GO, Brasil

Resumo: Com base na teoria crítica da sociedade do filósofo Theodor Adorno, este trabalho propõe refletir sobre elementos objetivos do âmbito da estrutura institucional e social que fundam ideias referentes à racionalidade e à dominação, considerando fatores subjetivos correlatos às ideias do sociólogo Max Weber. Nesse sentido, corrobora-se ideias acerca da formação complexa da identidade do sujeito diante das exigências de conservação humana, apresentadas à luz da psicanálise de Sigmund Freud; uma discussão controversa, porém fundamental para a teoria crítica, posto que considera contribuições da psicologia perpassadas por elementos que se ampliam para além de comportamentos determinados, conscientes ou alienados. Ou seja, almeja fatores culturais, históricos e sociológicos como bases primordiais para a análise da ideologia como fator racional o qual transcorre o período moderno.

Palavras-chave: formação, identidade, violência, autoridade, política.

A teoria crítica da sociedade, de Theodor Adorno, resulta de estudos e pesquisas reconhecidos mediante a Escola de Frankfurt (Jay, 1974). Essa Escola sobressai devido a sua perspectiva ampla e múltívoca que, na compreensão adorniana, intenta refletir dialeticamente a relação entre indivíduo e sociedade, de modo a, segundo Adorno, “voltar a referir esse conceito múltívoco de objeto ao não menos múltívoco do sujeito” (1969/1995, p. 184). Não obstante, esse olhar considera todas as áreas da teoria do conhecimento como fundamentais, porquanto criticáveis, conforme nota o historiador marxista Martin Jay (1974), para quem, o grupo frankfurtiano:

Abarcou tantos campos diversos que uma análise definitiva de cada um destes requereria uma equipe de estudiosos *experts* em tudo, desde musicologia até sinologia . . .; no pensamento da Escola de Frankfurt havia uma coerência essencial que afetava todo o trabalho em áreas diferentes (pp. 15-16).

Essa perspectiva múltívoca, em relação ao binômio sujeito e objeto, prima pela crítica radical aos processos racionais que medeiam a desumanização social em termos culturais e sócio-históricos. Para investigar essa problemática na abordagem descrita, indicam-se autores que enfrentem as contradições de um arcabouço racional em constante interface com fatores sociológicos, históricos, filosóficos e psicológicos do objeto, fatores estes permeados pelo complexo elo entre sociedade e indivíduo. Isso justifica a atenção cuidadosa dada por Adorno em várias de suas obras à teoria do conhecimento,

desde a era clássica grega, considerando autores como Platão e Aristóteles, aqueles cuja contribuição lançou as bases para o pensamento moderno, como, Kant, Hegel, Marx, Weber e Freud, entre tantos outros (Jay, 1974). Devido à ampla matização e seus nexos entre a própria teoria do conhecimento, seria impossível, pela complexidade, apresentar de uma vez essas contribuições em sua totalidade.

Isso retoma a atenção sobre um princípio que rege os trabalhos da Escola de Frankfurt, sobretudo para Adorno, a saber, certa precaução quanto aos rumos da civilização moderna, que consolida uma racionalidade técnica em perspectiva contraditória, no sentido de manter a dominação social em nível material e humano. Questiona-se esse cenário e seu potencial desumanizador diante de uma possível resistência no sentido emancipatório (Adorno, 1971/1995; Adorno & Horkheimer, 1944/1988). Essa reflexão facultava confrontar, em meio à própria teoria do conhecimento, elementos da racionalidade que retomam a relação entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade. Dado que justifica a delimitação da interlocução de Adorno com dois autores importantes: Weber (1864-1920) e Freud (1856-1939).

Em um olhar minucioso sobre a obra *A política como vocação*, do sociólogo Max Weber (1920/1995), identifica-se uma crítica ao processo de racionalidade que precede à análise do universo político, crítica esta que compõe a perspectiva teórica adorniana acerca do legado weberiano. Adorno (1920/1995) reitera, no pensamento de Weber, elementos de ligação entre o reconhecimento dos mecanismos de dominação institucionais e o potencial racional humano (consciente) para recusa e resistência ao sistema opressor.

* Endereço para correspondência: silviazanollaufg@hotmail.com

À luz de Adorno (1969/1995), enquanto Max Weber possibilita à sociedade discernir a realidade tal qual se apresenta, pelo domínio racional, administrado pelo controle sobre *outrém*, o amplo pensamento de Sigmund Freud, por meio da psicanálise, contribui para a formação cultural no sentido de apresentar subsídios subjetivos (em termos individuais e coletivos) como base de reflexão sobre as contradições das próprias mediações culturais que consolidam uma racionalidade social, cuja materialidade funda instituições com base em valores simbólicos legitimados (Adorno, 1955/1960, 1969/1995).

Para Freud (1917/2010), uma teoria do indivíduo calcada na relação entre a racionalidade (intenção consciente) e o alicerce psíquico não-racional (inconsciente), contraditoriamente, visa compreender a ascendência do inconsciente (realidade recalçada, oculta) sobre a consciência (realidade elaborada, reconhecida). Esses estudos apreendem o objeto humano na interface com a socialização e sua relação conflituosa entre o prazer e o desprazer que, segundo Freud (1929/1973), concebe as relações sociais, ao tempo que parte de necessidades primárias e da formação de desejos, resultantes da elaboração dos instintos primários que constituem a sublimação (elaboração instintual de investimento e renúncia ao prazer imediato em razão da aceitação social). Esse processo envolve a relação entre atividade, elaboração e produção cultural, e a aceitação individual e coletiva do indivíduo socialmente. O fator instintual/pulsional (baseado na formação social) que advém da energia libidinal é vital para processos identificatórios, constituídos “pela e para” a realidade objetiva, o que remete ao desenvolvimento do caráter singular (que diz respeito à identidade humana) e aos grupos e instituições.

Embora Freud e Weber se diferenciem por pilares teóricos distintos – guardadas as devidas proporções –, seus estudos acerca das mediações sociais contribuem para analisar as relações de poder que convergem para o exercício da dominação social em diferentes instâncias; possibilitam refletir sobre as contradições da ideia de autoridade e seus nexos que obstaculizam a emancipação humana em razão da organização social devidamente administrada em esfera humana e social.

Esse processo conta com uma organização racional bárbara e desumana, resvala em ações políticas e culturais. Na sequência, especialmente em relação ao estatuto da razão, constata-se que, na teoria sociológica de Max Weber (1920/1995), estabelece-se a compreensão de aspectos diversos da racionalidade política, possibilitando uma concepção subjetiva e objetiva da ação humana por meio do conceito de ação social. Para Weber (1920/2002), esse conceito é objeto de estudo da sociologia. A ação social apresenta um sentido subjetivamente visado para o outro, com quem pactua elementos significativos da objetividade social.

Weber (2004), em sua obra *A ética protestante e o Espírito do capitalismo*, afirma, em síntese, que o *ethos* protestante, oriundo do puritanismo calvinista nas

correntes e seitas específicas dos *quakers*, metodistas, batistas e anabatistas, estabelecem uma conexão de sentido entre o seu *ethos*, denominado de “espírito” do capitalismo. Em Weber (1920/2002), a conexão e motivação de sentidos é o princípio explicativo da sua teoria sociológica. Trata-se de compreender como os sentidos da ação social se conectam a partir de afinidades eletivas. Isso significa que não estaria na origem das ações sociais um plano para construir projetos sociais como o capitalismo, por exemplo. Nesse sentido, o capitalismo é um, dentre muitos resultados sociais, dos sentidos que se conectaram para torná-lo possível.

Dessa forma, para Weber, os motivos que levam às relações de dominação são materiais e racionais, entretanto, nem toda dominação se serve, imediatamente, de meios econômicos, e ainda muito menos tem fins econômicos (Weber, 1920/1995). Portanto, há elementos subjetivos que partem da história de cada indivíduo (como autoridade ou submissão) que também definem essas relações de poder, dado que remete à reflexão acerca do lugar da subjetividade enquanto componente de resistência à racionalidade pragmática da dominação.

Com base em Adorno (1969/1995), essa discussão se volta para uma perspectiva formativa e cultural a partir da clássica contradição entre universal e particular, idealismo e materialismo, sujeito e objeto. Uma elaboração dialética, que objetiva denunciar a instrumentalização desumana da razão que sobrepuja a consciência crítica a partir de mecanismos ideológicos de dominação, nos níveis cultural e institucional, formas de produzir e pensar a vida individual e em coletividade. Estudar as relações de poder e autoridade que mantêm processos legitimadores da dinâmica política pela administração da racionalidade instrumentalizada acessa a consciência, segundo Adorno (1971/1995), e a faz emergir como emancipação humana.

Para Adorno (1971/1995), a emancipação, em sentido amplo, diz respeito à condição do sujeito realizar experiências formativas e à “autorreflexão que a consciência individual consegue se libertar daí e se ampliar” (p. 47); pressupõe a liberdade e superação do individualismo para realizar experiências opostas a ações calcadas pelo imediatismo e pela superficialidade de seus conteúdos, contrárias à formação cultural (*bildung*) e ao espírito crítico, autocrítico e criativo.

Embora a emancipação se caracterize pela formação da autonomia dos sujeitos, em sentido filosófico kantiano, Adorno (1969/1995) considera que o contexto sócio-histórico e seu processo formativo, via reconhecimento das contradições do esclarecimento, conduz o pensamento à compreensão da realidade em sua tensão entre totalidade e particularidade, suas discrepâncias e, sobretudo, o referido autor persegue a formação crítica e dialética no combate ao pensamento tecnicista e unificador, cristalizado em situações desumanas e bárbaras. Nesse caso, a história tem importância para a teoria crítica frankfurtiana no que concerne ao programa do esclarecimento, e a inversão

do sentido desse ideário, calcada na racionalidade instrumental, adaptativa e acrítica, resistente à constituição de sujeitos autores de verdadeiras práxis e, portanto, autoemancipados em termos individuais e coletivos (Adorno & Horkheimer, 1988).

Racionalidade e sociedade – dominação objetiva e subjetiva

Pensar a racionalidade e suas contradições em âmbito material e humano, na perspectiva adorniana, *a priori*, exige confrontar a dualidade subjetividade e objetividade (Adorno, 1969/1995). Considera-se como propositiva aos avanços técnicos e científicos do desenvolvimento social, político e econômico, a relação entre sujeito e objeto que se estabelece por uma mediação objetificada, ou seja, alienada. A estrutura sócio-histórica é elemento fundamental para compreender a realidade ideológica, que visa perverter identidades a partir de uma racionalidade idealizada, produzida por uma série de efeitos e ações culturais, por formas de pensar e agir.

Segundo Adorno (1955/1960), ao estudar elementos subjetivos da cultura, de modo a desmistificar a visão de um homem plenamente racional, Freud também contribuiu para a compreensão de uma racionalidade administrada em que impera a luta entre desejo, satisfação e necessidade como condição para a sociabilidade. Por outro lado, em Weber (1920/1995), a administração social revela imperativos de uma racionalidade política orientada por meios-fins, que pressupõe a preservação de si como preço para a sobrevivência. Isso conflui com o pensamento freudiano à medida que postula um dilema que envolve a relação entre sobrevivência, trabalho e condições de superação da própria natureza primária do homem, com vistas à autonomia e à luta contra a desumanização individual, cultural e social.

Assim, incluindo aquilo que a cultura da dominação liberal, da aparência e do lucro rejeitou como perspectiva formativa (pelas contradições da consciência), para se transformar na própria resistência ao seu sentido emancipatório, a identificação com mecanismos da produção da vida social e de sua alienação se volta para os interesses lucrativos – medida do caráter ideológico do trabalho cancelada pela submissão humana. Confundida pela contradição lógico-formal ideológica (racionalidade pragmática e imediatista, antirreflexiva), essa caracterização do trabalho se tornou sustentáculo à efetivação da dominação permanentemente, ocultada, convertida às questões do poder e objetivadas na instrumentalização da razão (Adorno & Horkheimer, 1944/1988).

Por essa racionalidade, considerando a dinâmica histórica permeada por intenções políticas diversas, o trabalho comparece aliado ideologicamente à ética como vocação (Weber, 1920/1995). Isso contribui para o primado da economia em função da mais-valia nas decisões efetivas da produção, uma vez que, para Adorno

e Horkheimer (1944/1988), predomina na nova realidade uma dificuldade de julgar o aspecto real e o falso das necessidades perante o complexo universo do capital. Postula-se uma relação dialética entre as especificidades do trabalho na sociedade capitalista e a constituição de uma razão instrumentalizada que se consolida emergindo de relações sociais da produção alienadas. A racionalidade reordena institucionalmente o que a emancipação não alcança – o que remete à elaboração freudiana sobre o que ocorre pela sociedade, “algo comum, um interesse partilhado num objeto, uma orientação afetiva semelhante em determinada situação . . . um certo grau de capacidade de influenciar uns aos outros” (Freud, 1920/2011, p. 34).

Assim, pode-se destacar que os laços pessoais exercem sobre os indivíduos influências, ao tempo que provocam mudanças e limitações, visto que a identificação com as normas sociais e políticas promovem padrões de conduta nas relações coletivas e em sua organização. O controle exercido pelas instituições sugere retrair o trabalho de pensar e refletir, compensado pela ação física, o que concorre para dificultar a liberdade e a autonomia, racionalidade padronizada, instrumentalizada e legitimada institucionalmente por uma ideia que se funda na força do poder e da dominação que visa o lucro.

Uma vez que a identidade dos indivíduos se constrói a partir de relações sociais, renunciando suas necessidades imediatas e instintuais em prol do bem social, a resistência às forças coercitivas existentes, em nome da integração dos sujeitos, se converte em sacrifício mediante o receio de exclusão social (Freud, 1929/1973). Isso impõe renúncias, elaborações racionais (formativas/culturais), restrições individuais e sociais.

Destarte, Weber (1920/1995) se dispõe a refletir acerca do sentido da organização social e suas ações manifestas por uma racionalidade instrumentalizada pelo domínio institucional em âmbito subjetivo e objetivo, em que predomina a gestão política legitimada por atores que se repetem historicamente: “Contudo, encontra-se também disseminado, mesmo entre as formações políticas mais antigas, o domínio pessoal do chefe” (Weber, 1920/1995, p. 61). Assim, é possível aventar de que forma é organizada a vida social a partir da lógica capitalista da gestão, que, em defesa da propriedade (satisfação de necessidades imediatas), escraviza a todos: os que detêm o poder dos bens da produção e o seu lucro e aqueles que, submissos, realizam o trabalho produtivo, promovendo o acirramento do individualismo e da razão instrumentalizada. Em linhas gerais,

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social. Mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem,

entre uma pluralidade indicável de pessoa, em virtude de atividades treinadas (Weber, 1920/1995, p. 33).

Poder, necessidade e dominação interagem com eficácia a leis inteiramente diversas mediadas “essencialmente pela administração política” (Weber, 1991, p. 63). Isso leva à interferência na formação da identidade para uma razão crítica do indivíduo, uma vez que deveria considerar as representações sociais que lhe são atribuídas, que possibilitariam a participação social e investimento na reflexão crítica.

Weber (1995/2004), ao apresentar a condição humana como administrada, o indivíduo como agente social a serviço da racionalidade pragmática, possibilita contrapor-se à falsa condição de sujeito ideal, em meio ao contexto e às condições de inserção na cultura, a aquisição do conhecimento crítico torna-se resistência à adaptação social. Cabe lembrar ainda que, para Weber (1920/1995), mesmo entre as formações políticas mais antigas, “o poder pessoal do chefe constitui elemento de identificação para tipos de dominação” (p. 61). Isso remete à reflexão freudiana acerca do papel social do líder na constituição da identidade por meio de identificações.

Ocorre que a adesão a um líder ou instituição não é abstraída das relações que se dão por aparência, se baseiam em identificações. Segundo Freud (1920/2011), em psicanálise, a identificação é: “A mais antiga manifestação de um laço/ligação afetiva a uma outra pessoa. Esta desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo” (Freud, 1920/2011, p. 60). Assim, a identificação entre pessoas concebe estruturas sociais e institucionais. Pode-se ampliar essa análise ao universo político considerando o papel dominador do Estado apreciado por Weber.

Para Weber (1920/1995), em meio ao mundo da política, constitui-se o “Estado em relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima” (p. 57). A submissão humana legítima a dominação por adesão (ou, identificação). Isso faz o autor questionar em que condições os homens se submetem, e por quê? Weber explica a base da legitimidade considerando três elementos de poder: tradicional, carismático e por competência (p. 57). Esses tipos de poder revelam necessidade de obediência social. Ditados pelo “medo, ou, pela esperança”, na “força” da adesão pela sobrevivência, de acordo com as condições materiais e afetivas de cada um. Assim, a discussão conduz a uma interlocução com as explicações freudianas acerca da identificação com o poder pela sobrevivência e materializam a dominação em coletividade. Em termos gerais, um conjunto de esforços é investido com vistas a participar do poder em diferentes frentes (dominador e dominado) e, portanto, consolida-se a autoridade política conferida por representações ou identificações, especificamente, necessidades próprias variadas ancoradas no contexto estrutural.

Para Freud (1914/2010), uma vez que o objeto (outro) se coloca no lugar do ego narcísico (ego ideal), temos um sujeito indiferenciado, o que revela autoconservação baseada na relação entre o sentimento de culpa e o do dever. Esse conflito denota que, “O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra – ou, de outro modo, sem – a sua vontade” (Freud, 1914/2010, p. 20). O processo é inconsciente e remete ao preço que o indivíduo paga para ser aceito socialmente. Essa realidade destina o papel institucional desempenhado pelas autoridades e pelo sujeito submisso.

Assim, como corresponde ao apaziguamento a proposta de igualdade sob o domínio do objeto (uma ideia, ou um líder), o sujeito que se adapta coercitivamente aos critérios dos mecanismos socialmente instituídos sem reflexão perpetua a racionalidade reificada, por isso, negar o sacrifício para avaliar a racionalidade auto conservadora é o mesmo que tornar-se o próprio sacrifício: “O que persiste idêntico e que surge com a superação do sacrifício volta a ser imediatamente um ritual sacrificial duro, petrificado, que o homem se celebra para si mesmo opondo a sua consciência ao contexto da natureza” (Adorno & Horkheimer, 1956/1977, p. 60). Reaparece o axioma psicanalítico do preço do progresso, pago pela repressão às necessidades primárias na aquisição da socialização entre homem, cultura e sociedade (Freud, 1929/1973).

Tal dose de sacrifício, *a priori*, é exigida para a formação do eu, sua socialização e possível emancipação. Justamente por essa razão, a reflexão crítica sobre a realidade social é necessária para possibilitar a constituição de uma identidade crítica. Elemento fundamental nesse processo é o trabalho, cuja dinâmica se estabelece pela divisão entre rupturas e dependências nas relações entre os sujeitos. O nexo de dependência configura algo em que:

Os vínculos convertem-se em passaportes sociais – aceitos por uma pessoa com o fim de legitimar-se como honrado cidadão – ou então produzem odiosos rancores, psicologicamente contrários à sua finalidade original. Eles significam heteronomia – uma dependência de preceitos que não se justificam ante a racionalidade do indivíduo (Adorno, 1969/1995, p. 109).

Não obstante, esses vínculos, historicamente constituídos em razão da legalidade entre patriarcas, reis e guerreiros, possuem elementos que conferem autoridade fundada em normas, que impõem obediência dos demais indivíduos, adquiridas por distintas formas de autoridade que representam a estrutura da dominação.

Portanto, o elemento subjetivo também define essas relações de poder ou autonomia. Contraditoriamente, o que é fundamental para Weber na constituição subjetiva da dominação é o caráter de legitimação de uma dada situação (por força das condições dadas racionalmente

(Adorno, 1969/1995). Entrementes, o subjetivismo que se pode depreender de Weber, segundo Adorno, por mais nominalista, possibilita apreender algo de constitutivo acima do meramente operacional. Contraditoriamente, na cristalização do objeto por excesso de definições e determinações, acumula conceitos operativos, possibilitando pensar a contradição de sua metodologia como sendo ideológica (Adorno, 1969/1995).

Quando se trata de discutir a racionalidade operativa, do ponto de vista humano e cultural, retoma-se Freud, pois este vincula seus estudos sobre psicologia de grupos e a constituição das instituições na manifestação material de racionalidade, o que envolve necessidades e condições de sobrevivência em sociedade. Freud destaca a igreja e o exército como fenômenos institucionais da psicologia das massas; a ausência de liberdade do indivíduo coletivo ao observar a ambivalência entre a ligação afetiva que este estabelece para com o líder: “mudanças e limitações de sua personalidade” (Freud, 1920/2011, p. 49).

Nos estudos de Freud (1920/2011), evidenciam-se a natureza dos vínculos que unem o líder e o grupo, assim como os membros do grupo entre si. Tais relações sublinham a construção de certas formas de poder e de autoridade em que a fantasia e a idealização constituem-se comuns e indispensáveis à edificação do social como unidade pelo universo cultural. Nesse processo, os indivíduos se mantêm no grupo ou instituição por reconhecimento, identificação e pertencimento. Com vistas à realização de um projeto decidido em comum, as diferenças fundamentais da política do grupo não poderão ser questionadas para que não haja o rompimento da identificação como coesão – elemento fundamental para que se mantenha o controle e, conseqüentemente, a dominação.

Nota-se, nesse aspecto, o sentido da identificação política presente no coletivo como sentimento de pertença. O universo subjetivo concebe a ideologia partilhada por mecanismos de controle, materializados pelas instituições, dificultando que a identidade coletiva verdadeira se constitua dialeticamente (em afirmação e negação) na relação entre elementos do universal – social e do particular – individual (Adorno & Horkheimer, 1944/1985).

Ao abordar instituições como manifestação cultural das massas, a igreja e o exército, para Freud (1920/2011), demonstram que a exigência de igualdade não inclui aparentemente o líder. “Os indivíduos todos devem ser iguais entre si, mas todos querem ser dominados por um só. Muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e um único, superior a todos eles – esta é a situação que se acha realizada numa massa capaz de subsistir” (Freud, 1920/2011, p. 83).

Por outro lado, a condição de adesão às massas por identificação possui nexos com a formulação de obediência e dominação política em Weber (1920/1995). Dado que retoma aspectos subjetivos da dominação tríade:

tradicionalista, legalista e carismática. Uma vez que a primeira consiste no poder que os senhores exerciam sobre os demais em nome da tradição, a segunda ocorre em função da própria legalidade que confere legitimidade de poder fundada em normas estabelecidas e reconhecidas por regulamentos legalmente produzidos por competências e a terceira é conferida pelo carisma do próprio líder, demonstra qualidades admiráveis condicionadas às realizações que implicam méritos próprios.

Entrementes, Weber (1920/1995, p. 59) esclarece que “a dominação organizada necessita, por um lado, de um estado maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão”: vontade, motivação ou coesão. Em sua análise sobre o Estado Moderno, considerou:

O desenvolvimento do Estado Moderno tem por ponto e partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes privados independentes que, a par do seu, detém força administrativa, isto é, todos os proprietários de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de caráter político. O Estado Moderno conseguiu, portanto, e de maneira integral, “privar” a direção administrativa, os funcionários e trabalhadores burocráticos de qualquer meio de gestão (Weber, 1920/1995, p. 62).

Dessas afirmações, deriva-se que a materialização das leis burocráticas é definida no universo objetivo de acordo com o potencial subjetivo, face às condições históricas que medeiam as necessidades e as ações regidas por fatores sociais e culturais de dominação e sobrevivência, permeados por uma racionalidade administrada que visa manter o poder e o *status quo*.

Racionalidade instrumentalizada, dominação e resistência

Adorno e Horkheimer (1944/1988), na obra *A dialética do esclarecimento*, no capítulo “O conceito de esclarecimento”, estabelecem elos entre a história da civilização, o processo de desenvolvimento técnico, a cultura e a consolidação de uma racionalidade contraditória na constituição das instituições sociais. Historicamente, os mecanismos ideológicos conduziram às fontes que legitimam o poder político e, conseqüentemente, o trabalho como vocação *sine qua non* de racionalização e acumulação de riquezas; detido nas mãos de certo poder dominante da sociedade administrada, sob a lógica do capital, determinando a formalização da razão aliada à organização administrada, estabelecendo um novo tipo histórico e específico de divisão social do trabalho e sua constituição na modernidade.

A divisão do trabalho, que culmina no processo social de dominação, serve à autoconservação do

todo dominado. Dessa maneira, o todo enquanto todo, a ativação da razão a ele imanente, converte-se necessariamente na execução do particular. A dominação defronta o indivíduo como o universal, como a razão na realidade efetiva. O poder de todos os membros da sociedade, que enquanto tais não tem outra saída, acaba sempre pela divisão do trabalho a eles imposta (Adorno & Horkheimer, 1944/1988, pp. 30-31).

Desse modo, no sentido da divisão social do trabalho, uma ideia imediatista do todo, assimilada de forma imediata, inverte a compreensão sobre o processo ideológico de constituição do trabalho como instrumento que justifica a pseudocoletividade solidária (falsa organização consciente, emancipada), arrisca reificar as formas de pensamento.

Escamoteada essa forma de dominação coletiva, o trabalho alienado se legitima sob a lógica produtivista da sociedade capitalista, o que corrobora uma relação metabólica entre o homem e a natureza, da qual advém a produção e reprodução da vida (Marx, 1988/1995). Situação esta que leva à relação orgânica entre capitalismo, instituições, trabalho, empresa política, necessidade e poder em Weber (1920/1995). Para este autor, essa associação se ordena com o objetivo central de “tirar proveito da dominação política” (Weber, 1920/1995, p. 99).

Como um processo de interação entre o homem e a natureza, há uma intervenção da ação humana transformando a sociedade capitalista ao mesmo tempo que a mantém. Esse processo se distingue pelo modo de produção cujos homens não são apenas membros de uma comunidade em que se produz e reproduz pelo trabalho, antes, essas relações se sustentam pela acumulação do capital e seus efeitos voltados para o lucro imediato, e a razão lógico-formal “tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (Horkheimer, 1946/2002, p. 26). Na ambivalência entre o universo objetivo e o subjetivo, a razão, enquanto manifestação do desenvolvimento social, se materializa na administração da dominação. A emergência da produtividade em alta escala, modifica as relações de produção, como também as relações sociais, visando a consagração da imediatividade. O sujeito é aprisionado pela objetividade social determinada e administrada pela lógica do consumo e dos mecanismos ideológicos da indústria cultural.

A indústria cultural é um conceito elaborado em 1947 por Adorno e Horkheimer (1944/1988). Apresenta uma rede de comunicação subserviente a grupos econômicos que investem no universo da cultura no sentido de manter e reestruturar o sistema capitalista por meio do incentivo ao consumo de modo ampliado, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Engendra uma falsa formação humana em todas as suas tessituras

e realiza aquilo que Adorno (1951/2008) denomina: “Realização do espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (p. 11). Decisivas são, portanto, as exigências que incidem sobre as relações sociais e as formas de produzir a vida, sacrificam-se reflexões críticas. “A objetividade das pessoas entre si, que abole o ornamento ideológico na sua relação, tornou-se ela própria ideologia para tratar as pessoas como coisas” (Adorno, 1951/2008, p. 38). Administração da cultura pressupõe, de antemão, conhecimento racional ideológico. Segundo Adorno e Horkheimer (1944/1988), a indústria cultural realiza o esquematismo kantiano (racionalismo apriorístico) de modo administrado.

Justificam-se processos de racionalização condicionados às finalidades de transformação do mundo a partir da própria conduta alienada, ou seja, a ascensão do trabalho profissional e sua funcionalidade, manifestas representações encerradas em seus padrões culturais, políticos e institucionais. O fim último seria a dominação pela “consciência de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder” (Weber, 1920/1995, p. 105).

Considerações finais

Como se viu, as finalidades intencionais da racionalidade administrada abarcam fatores de dominação em termos coletivos e individuais. Isso se revela na história da civilização. Devido ao crescimento do individualismo pelo avanço do liberalismo, o declínio do mito coletivo, confere, segundo Adorno (1969/1995) “importância desmedida às pessoas individuais e às relações privadas contra o efetivamente determinante, desde o ponto de vista social, evidentemente como compensação da funcionalização da realidade” (p. 80). Entretanto, se o reflexo das condições de trabalho também contribuiu para este crescimento, assim como das tensões entre individuação e individualização, diferenciação e identidade, fruto das relações de produção do trabalho alienado desenvolvido na sociedade capitalista, pode-se dizer que a razão instrumental realizou a inversão entre o particular e o universal. Mas a considerar a contradição dialética, não definitivamente.

Em todo esse processo macro e microsocial, em que a instrumentalização da razão exerceu seu domínio, a conformação social se evidenciou mediante o pensamento hegemônico, escamoteado pela ideologia. A análise sociológica da racionalidade administrada politicamente, regida pelo sistema liberal, se cristaliza como pensamento determinado, mágico-animista, embora histórico, porém contraditório. Razão e poder confluem “naturalmente” no amplo da onipotência humana que, aos olhos de Freud (1914/2010), mantém o homem como “imagem psicológica”. Dominação e alienação perseveram, por ora.

Em Weber (1920/1995) isso se coloca pelo questionamento aos propósitos que levam o homem à política como fator da esfera ética. De outro modo, o

poder impõe, para Freud (1914/2012), a condição de ser social cativo das próprias necessidades e, o mais irônico, nem sempre essas necessidades são conscientes. Portanto, a razão, antes de ser testada como elemento ético, é fruto de identificações primárias (básicas) que podem ou não levar à condição de aceitação social, a depender da maneira como o sujeito lida com interdições sociais e as possibilidades de satisfação imediata, ou seja, a maneira como este elabora fatores da cultura mediados por fatores subjetivos. Dominação e emancipação coexistem lado a lado, negando-se e afirmando-se dialeticamente.

Pela concepção dos autores estudados, por se tratar o trabalho de fruto da racionalidade, tabus e crenças não podem ser ignorados por exercerem seu “poder mágico”, porquanto, mecanismos de dominação social são determinantes para justificar a naturalização do “mito” (razão e fantasia) em perspectiva de classe e consciência coletiva. A reflexão sobre esse processo, subjaz a “mão” implacável das demandas da esfera da produção e do procedimento de racionalidade social. Acirraram-se ideologicamente forças sociais que deram origem a tal perspectiva que, contraditoriamente, faz a razão abdicar, de modo calculado, de sua autonomia e se tornar um instrumento subjetivista aplicável.

As consequências desse processo, ao tomar erroneamente a ordem de suas ideias pela ordem da natureza socialmente organizada, de racionalidade acrítica, se traduz pelo que os homens pareciam exercer no controle sobre as coisas, foram contagiados pelo “Princípio diretor da magia, a técnica do modo de pensar animista, a *onipotência dos pensamentos*” (Freud, 1914/2012, p. 116, grifos do autor).

Por outro lado, pode-se compreender sobre isso que, para Weber (1999/2004), as reflexões das diferentes racionalidades possibilitam uma concepção de subjetividade e objetividade a partir da ação social como objeto de estudo. Para o autor, a ação social é orientada para “o outro” com sentido e significados que expressam relação entre meios e fins, se fundamentam em critérios racionais. Compreende-se a ação social no processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo moderno, tudo que seja produtivo como desejável, desde que atenda aos pré-requisitos do processo industrial. Toda a produção científica, mesmo que contrariando princípios humanistas, tornou-se altamente estimulada em termos tecnológicos, mesmo que desprovida de interesse reflexivo.

Tal racionalidade implica em ajustes políticos para que sejam salvaguardadas as consequências, assim como o poder mágico da dominação envolvido pelo carisma e pela legalidade atendem diretrizes da razão formalizada. A indigência do reino da subjetividade não se legitima apenas por uma racionalidade formal, lógica, social e política, mas revela-se violenta: “O instrumento decisivo da política é a violência” (Weber, 1920/1995, p. 114). Isso constitui de modo ideologicamente legitimado a dominação tanto individual quanto coletiva permeada por diferentes concepções éticas (p. 115).

Trata-se de uma racionalidade em que os meios justificam os fins em nome de uma moral cuja lógica é determinada por interesses de poder e dominação. Weber ensina que, quando a moral é instrumento do poder, não existe ética desprovida de ideologia. Para Adorno (1969/1995a), o que é fundamental para Weber na constituição subjetiva da dominação é o seu caráter de legitimação de uma dada situação. Isso descortina o véu ideológico da razão. Em outras palavras, indica o sentido utilitário de qualquer forma de racionalidade institucionalizada por ações que se legitimam partindo de normas sociais e individuais, visando uma “dada política por vocação que comporta identidades reificadas e arrisca situações em que predominam, em contraposição à autonomia, perspectivas autoritárias.

Em se tratando de questionar os limites subjetivos da razão predominante legitimada culturalmente por mecanismos objetivos, adverte-se para a porção delirante que, no entender de Freud (1929/1973), ao se basear no real aparente, arrisca ocultar elementos que escapam à análise crítica, como reconhecer componentes fantasiosos referentes à própria racionalidade, fortalecendo tabus idealizados por sujeitos narcísicos e prepotentes, o que não oporia resistência à ideologia e enfraquece a capacidade de elaboração e autocrítica.

Isso reforça o que Adorno e Horkheimer (1944/1988) advertem: a racionalidade administrada fundamenta uma maneira sólida da divisão socialmente necessária das funções humanas independentes umas das outras de modo que nenhuma delas consiga mais se transformar em outra coisa que não seja o enquadramento do ser humano. Contudo, ainda assim, como diria Adorno (1994), por mais que essa situação seja insuportável, é apenas feitiço (fetiche) e, como tal, ao não sucumbir o indivíduo, poderá ser quebrado pela conscientização da própria contradição da racionalidade irracional.

Institutional rationality and domination in the light of Weber, Freud and Adorno: uncritical or emancipatory adhesion

Abstract: Based on the Critical Theory of Society by the philosopher Theodor Adorno, this study proposes to reflect on objective elements of the context of institutional and social structure that founded ideas regarding rationality and domination, considering subjective factors correlated to the sociologist Max Weber's ideas. In this sense, ideas about the complex formation of the subject's identity against the demands of human conservation, presented in the light of Sigmund Freud's psychoanalysis, are

corroborated; A discussion, although controversial, fundamental to critical theory, since it considers contributions of psychology permeated by elements that expand beyond determined, conscious or alienated behaviors. That is, it aims at cultural, historical and sociological factors as primordial bases for analysis of ideology as a rational factor which runs through the modern period.

Keywords: formation, identity, violence, authority, politics.

Rationalité institutionnelle et domination à la lumière de Weber, Freud et Adorno: adhésion non critique ou émancipatrice

Résumé : Basée sur la théorie critique de la société du philosophe Theodor Adorno, cet article propose de réfléchir sur des éléments objectifs du contexte de la structure institutionnelle et sociale qui fondent les idées sur la rationalité et la domination, en considérant des facteurs subjectifs liés aux idées du sociologue Max Weber. En ce sens, les idées sur la formation complexe de l'identité du sujet contre les exigences de la conservation humaine, présentées à la lumière de la psychanalyse de Sigmund Freud, sont corroborées; une discussion controversée, cependant, critique à la théorie critique, car elle considère que les contributions des chargés de la psychologie avec des éléments qui vont au-delà de certains comportements, conscients ou aliénées ou facteurs culturels implorent, historiques et sociologiques, comme bases primaires pour l'analyse de l'idéologie en tant que facteur rationnel qui traverse la période moderne.

Mots clés : formation, identité, violence, autorité, politique.

Racionalidad institucional y dominación a la luz de Weber, Freud y Adorno: adhesión acrítica o emancipatoria

Resumen: Con base en la teoría crítica del filósofo Theodor Adorno, este documento propone reflexionar sobre el contexto de los elementos objetivos de la estructura institucional y social de fundación ideas relacionadas con la racionalidad y la dominación, teniendo en cuenta los factores subjetivos vinculados a las ideas del sociólogo Max Weber. En ese sentido, apoya las ideas acerca de la compleja formación de la identidad del sujeto frente a las exigencias de la conservación humana presentado a la luz del psicoanálisis de Sigmund Freud; una discusión controversial, sin embargo fundamental para la teoría crítica, ya que considera las contribuciones de la psicología cargadas con elementos que se extienden más allá de ciertos comportamientos, conscientes o alienados, o anhelan factores culturales, históricos y sociológicos como bases principales para el análisis de la ideología como factor racional, lo que transcurre la época moderna.

Palabras clave: educación, identidad, violencia, autoridad, política.

Referências

- Adorno, T. W. (1960). De la relacion entre sociologia y psicologia. In W. T. Adorno, *Actualidad de la Filosofia* (pp.135-204). Buenos Aires, Argentina: Paidós. (Trabalho original publicado em 1955)
- Adorno, T. W. (1984). *Dialectica negativa* (J. M. Ripalda, trad.). Buenos Aires: Taurus (Trabalho original publicado em 1975)
- Adorno, T., W. (1994). *Sociologia* (G. C., trad.). São Paulo, SP: Ática.
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1971)
- Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (M. H. Ruschel, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (2008). *Mínima moralía* (G. C., trad.). Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial. (Trabalho original publicado em 1951)
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1977). *Temas básicos da sociologia* (A. Cabral, trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1956)
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1988). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. A., trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1944)
- Freud, S. (1973). El malestar em la cultura. In *Obras Completas* (L. L. Ballesteros, trad., Vol. 3, pp. 3.017-3.068). Madri, España: Nueva Biblioteca. (Trabalho original publicado em 1929)
- Freud S. (2010). *História de uma neurose infantil "O homem dos lobos", Além do princípio do prazer e outros textos* (P. C. Souza, trad., Vol. 1). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (2010). *Introdução ao narcisismo* (P. C. S., trad., Vol. 12). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)

- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (P. C. Souza, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2012). *Totem e tabu* (P. C. Souza, trad., Vol. 11). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Horkheimer, M. (2002). *Eclipse da razão* (E. Centauro, trad.). São Paulo, SP: Centauro. (Trabalho original publicado em 1946)
- Jaspers, K. (1977). *Sociologia: para ler os clássicos* (C., Gabriel, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos.
- Jay, M. (1974). *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. São Paulo, SP: Contraponto.
- Marx, K. (1995). *O capital: livro I* (R. Santana, trad.). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1988)
- Weber, M. (1995). A política como vocação. In M. Weber, *Ciência e política, duas vocações* (M. Tragtemberg, trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1920)
- Weber, M. (2002). *Conceitos básicos de sociologia* (R. E. F. Frias & G. G. Deaunay, trad.). São Paulo, SP: Centauro. (Trabalho original publicado em 1920)
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (M. I. Szmrecsanyi & T. S., trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1904)
- Weber, M. (2004). Fundamentos da sociologia compreensiva. In M. Weber, *Economia e sociedade, ciência e política, duas vocações* (R. Barbosa & K. Barbosa, trad.). Brasília, DF: Editora UnB. (Trabalho original publicado em 1999)

Recebido: 24/09/2018

Aprovado: 08/10/2018